

Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes: doação; construção e rivalidade (XVIII/XIX)

Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes: donation; construction and rivalry (XVIII/XIX)

Alan de Carvalho Souza

Como citar esse artigo. SOUZA, A. C. Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes: doação; construção e rivalidade (XVIII/XIX). **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 3, Edição Especial p. 25-37, set./dez. 2024.

Resumo

O presente artigo tem o objetivo esclarecer o motivo pelo qual Nossa Senhora da Conceição foi escolhida como protetora do povoado que seria fundado posteriormente, a vila de Paty do Alferes. Para alcançarmos o propósito utilizamos, principalmente, a obra de Monsenhor Pizarro e a de frei Aurélio Stulzer: Tomo IV das Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil e Notas para a história da Villa de Pati do Alferes; respectivamente. Confrontando as informações contidas nas obras citadas, foi possível elucidar a escolha de Nossa S. da Conceição como padroeira, mas não só. A contraposição das fontes possibilitou, por exemplo, a percepção de que os primeiros sesmeiros nem sequer se encontravam assentados na região; além de novas informações sobre os fatos relacionados à disputa pela construção da igreja, que só foi entregue aos moradores em 1844. Isto é, cento e cinco anos após a escrituração da doação realizada em 1739 em benefício da então capela.

Palavras-chave: Sesmeiros; Nossa Senhora da Conceição; Igreja; Paty do Alferes; Disputas.



Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

This article aims to clarify the reason why Nossa Senhora da Conceição was chosen as protector of the village that would be founded later, the village of Paty do Alferes. To achieve the purpose, we mainly use the work of Monsignor Pizarro and Friar Aurélio Stulzer: Tomo IV of the Historical Memoirs of Rio de Janeiro and the provinces attached to the jurisdiction of the viceroy of the state of Brazil and Notes for the history of the Villa from Pati do Alferes; respectively. Comparing the information contained in the works cited, it was possible to elucidate the choice of Nossa S. da Conceição as patron saint, but not only that. The contrast of sources made it possible, for example, to realize that the first sesmeiros were not even settled in the region; in addition to new information about the facts related to the dispute over the construction of the church, which was only handed over to the residents in 1844. That is, one hundred and five years after the donation made in 1739 for the benefit of the then chapel was recorded.

Keywords: Sesmeiros; Our Lady of Conception; Church; Paty do Ensign; Disputes.

Introdução

O objetivo deste texto é, inicialmente, entender o porquê da vila de Paty do Alferes ter sido designada à proteção de Nossa Senhora da Conceição. E para alcançar tal propósito, utilizou-se, especialmente, de duas obras/fontes, a saber: *Tomo IV das Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil* escrita pelo Monsenhor Pizarro e *Notas para a história da Villa de Pati do Alferes* do frei Aurélio Stulzer. A confrontação ou a análise comparativa foi a metodologia para

Afiliação dos autores:

¹Doutor em História pelo Programa Interuniversitário de Doutorado em História (PIUDHist), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa como Bolsista Capes (2020). Mestrado em História (2011) e Graduação (2008 - Licenciatura Plena em História) pela Universidade Severino Sombra - USS (Atual Universidade de Vassouras). Possui experiência em ensino e pesquisa na área de História do Brasil Império. É autor dos livros: *Terras e Escravos: a desordem senhorial no Vale do Paraíba fluminense* e *Cargos Comissionados: clientelismo do Estado Social e Democrático*, além de capítulos de livros e artigos sobre o período imperial. Docente convidado da Especialização em História e Cultura da África, Afro-Brasileira e Indígena da UniVassouras.

Email de correspondência: ppunk_alan@hotmail.com

Recebido em: 12/05/2023. Aceito em: 22/02/2024.

responder algumas interrogações a respeito da história em torno da escolha de Nossa S. da Conceição, o que possibilitou o esclarecimento sobre: a primeira capela do território denominado “Serra acima”; as inconsistências relativas ao ano apresentado, em diversos trabalhos, como o ano inicial da ocupação e o estabelecimento dos primeiros sesmeiros¹ na região que se formaria a vila de Paty do Alferes. Assim, não só mantemos o objetivo primeiro da pesquisa, como passamos a questionar algumas “verdades” relativas à história da fixação dos sesmeiros da localidade que se transformaria no século seguinte, XIX, na principal produtora de café do império.

Basicamente, todos os trabalhos que abordam a história da vila de Paty do Alferes e o início do seu povoamento utilizam a informação do Monsenhor Pizarro, que narra a chegada do Caminho Novo aberto por Garcia Rodrigues Paes no ano de 1700 na roça do Alferes Leonardo Cardoso da Silva (STULZER, 1944, p. 5). Trabalhos como o do frei Aurélio Stulzer e mais recente como o *Terras e Escravos*, terminaram por reproduzir essa mesma informação (SOUZA, 2012, p. 21).

Não questionamos que o Caminho Novo alcançou em 1700 as terras que mais tarde pertenceriam à sesmaria do alferes Leonardo Cardoso da Silva; muito menos, contestamos que aquela via se tornaria transitável apenas no ano de 1705 (MAIA FORTE, 1933, p. 6) (MAPURUNGA, 2002, p. 33). Ocorre que o trabalho no qual esta informação surgiu pela primeira vez foi escrito no ano de 1820 por Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, conhecido na literatura como Monsenhor Pizarro. As suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* apresentam dados e documentos sobre os primórdios da localidade onde hoje se encontram Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Vassouras e as demais cidades que compõem o Vale do Paraíba fluminense. E é na compilação e interpretação desses dados que observamos inconsistências.

Antes, porém, é necessário observar o ano da publicação da mencionada memória. O *Tomo IV das Memórias Históricas do Rio de Janeiro* foi publicado pela Imprensa Régia em 1820, data em que se conhecia os primeiros súditos agraciados com sesmaria. Possivelmente, Francisco Tavares, primeiro sesmeiro, recebeu a sesmaria antes mesmo de se estabelecer no território que se formaria a vila de Paty do Alferes. Ao relatar nas *Memórias Históricas*, que, em 1700, Garcia Rodrigues Paes chegou à roça do alferes Leonardo Cardoso da Silva, Monsenhor Pizarro utilizou-se de uma referência para demonstrar que o Caminho Novo atingira as terras da futura vila de Paty do Alferes. Contudo, salientamos que em 1700, o alferes Leonardo Cardoso da Silva ainda não possuía sesmaria na região ou não se encontrava estabelecido no território.

Leonardo Cardoso, além de não possuir terras na localidade em 1700, também foi apontado, incorretamente, como o responsável pela construção da primeira capela de Paty do Alferes. Matoso Maia Forte, ao apresentar as mais antigas freguesias do território, afirmou que o alferes Leonardo erigiu na sua fazenda a capela (*Apud*. BRAGA, 1975, p. 16). A razão pela qual Monsenhor Pizarro cita a chegada do Caminho Novo nas terras que mais tarde pertenceriam ao Leonardo Cardoso, deve-se ao fato de se buscar, conforme já mencionado, uma referência junto aos mais antigos sesmeiros do território.

Tudo indica que os ocupantes mais antigos das terras foram os já citados: o capitão Francisco Tavares e o alferes Leonardo Cardoso da Silva. Entretanto, conforme demonstraremos, dificilmente ambos se encontravam no território que se formaria a vila de Paty do Alferes no ano de 1700 e, mesmo em 1705, quando o Caminho Novo se tornou transitável, na localidade.

Caminho novo

Nos últimos anos do século XVII, o governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá Menezes, solicitou à coroa portuguesa a abertura de uma nova rota que facilitasse a comunicação com o interior e, principalmente, o escoamento dos minérios oriundos das Minas Gerais. Garcia Rodrigues Paes Leme assinou o contrato com a Coroa em 22 de outubro de 1698 (COSTA, 2015, p. 86). Em 1699, se iniciou, de fato, a abertura do Caminho Novo, que, em um ano de trabalho, mais ou menos, alcançou a serra

1 Os primeiros sesmeiros foram: capitão Francisco Tavares e o alferes Leonardo Cardoso da Silva. Sesmaria era o mesmo que lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, visando cultivar terras virgens.

fluminense, região última antes de atingir Iguaçu, atual Baixada fluminense.

O trajeto iniciava a partir das minas, nas proximidades de Barbacena, e o motivo era a riqueza que se extraía na localidade e, também, por reunir vários outros caminhos como os do Rio das Mortes, do Rio das Velhas e do Rio Doce. Assim, o caminho

venceu a Mantiqueira, pela garganta de João Ayres, procurou o Paraibuna, seguiu até sua barra no Paraíba e pela serra dos Órgãos chegou à baía do Rio, passando em Cabaru, Alferes [Paty do Alferes] ou Roças do Marcos da Costa, Couto e Pilar [Campos Elísios, distrito de Duque de Caxias/RJ] (Apud. COSTA, 2015, p. 86-87).

Mas se fizermos o caminho inverso, ou seja, o trajeto das mercadorias oriundas da Europa, partimos do “[...] cais da Praia dos Mineiros [Praça XV], alcançando por mar o Rio Pilar no fundo da Baía de Guanabara. A partir daí seguia na forma de uma picada, que vencida a Serra do Mar em direção a Paty do Alferes.” (COSTA, 2015, p. 87).

Já no ano de 1700, a nova via alcançava o território que formaria a Freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes. A rapidez da abertura se deve ao conhecimento de Garcia Rodrigues de parte do território aos fundos da serra dos Órgãos que era utilizado para alcançar as Minas Gerais, do qual Garcia era guarda-mor (ARAÚJO, 1820) e pela utilização das picadas existentes feitas pelos povos originários da região.

Oratório/capela

A partir do processo de desbravamento, o próprio Garcia Rodrigues construiu uma capela dedicada à Conceição da Santa Virgem e aos Apóstolos São Pedro e São Paulo (ARAÚJO, 1820, p. 102). Esta capela, em razão da ocupação crescente foi transformada em capela curada em 1719 pelo bispo d. Francisco (ARAÚJO, 1820, p. 103). Contudo, a capela logo foi substituída e coube ao filho de Garcia Rodrigues a construção da segunda. Esse, segundo templo foi dedicado à Nossa Senhora de Monserrat, sendo benzido em 18 de novembro de 1745 pelo capelão curado Padre Manoel Gonçalves Vianna, data em que a mesma começou a ser utilizado pelos moradores (ARAÚJO, 1820, p. 103-106).

Foi a capela dedicada à Conceição da Santa Virgem e aos Apóstolos São Pedro e São Paulo, substituída pela da Nossa Senhora de Monserrat, a primeira “igreja” de Serra Acima. Ou seja, a primeira resultante da abertura do caminho e, por conseguinte, da ocupação do território que, inicialmente, foi consagrada à Nossa Senhora da Conceição. A jurisdição da capela ao sul era limitada com a Freguesia da Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes (ARAÚJO, 1820, p. 104). Contudo, ao apresentar as divisas da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes, Pizarro a limitou ao norte com a Freguesia de N. S. da Conceição de S. Pedro e S. Paulo (ARAÚJO, 1820, p. 113), o que significa a perpetuação do primeiro nome dedicado à capela construída por Garcia Rodrigues Paes Leme.

Ao buscarmos os limites da paróquia Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes (figura I), acessamos a informação que ajudará a sanar as dúvidas sobre o responsável pela construção da primeira capela da Roça do Alferes. De acordo com as *Memórias Históricas*, a oeste a paróquia limitava com a demarcação de “Santa Família de Tinguá, no alto do morro de S. Paulo, onde Leonardo Cardoso possuía a sua fazenda” (ARAÚJO, 1820, p. 113).

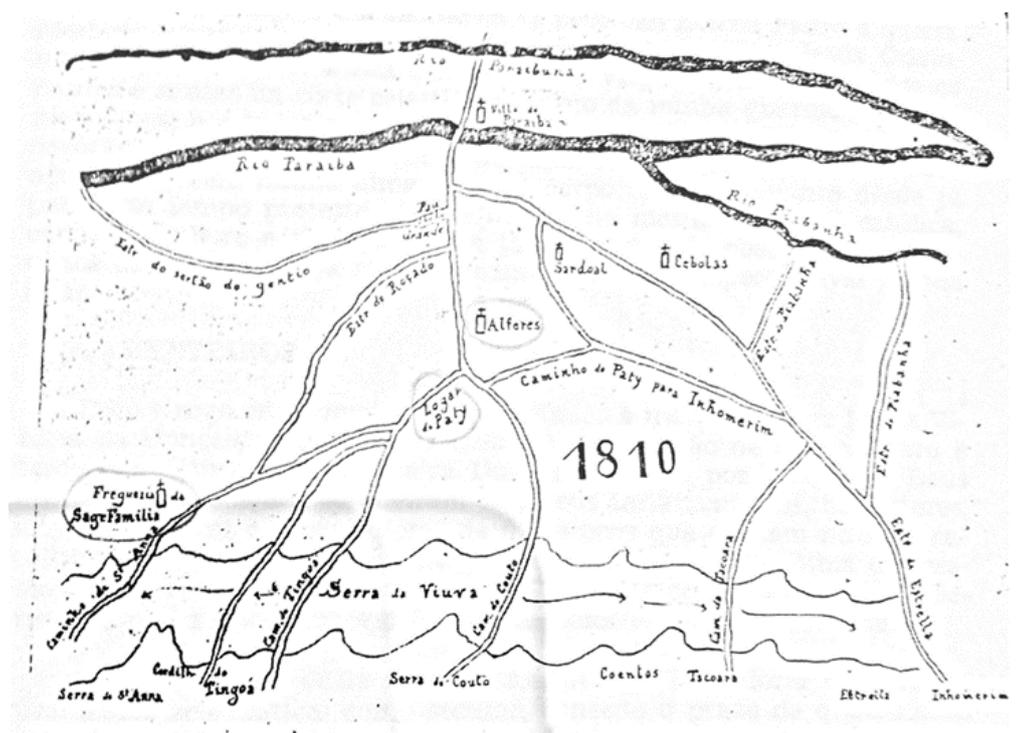


Figura I. Caminhos da Freguesia de N. S. da Conceição do Alferes

Fonte. Apud STULZER, 1944, p. 11.

Duas informações podem ser extraídas da demarcação dos limites da paróquia da Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes; a primeira, já citada, é a manutenção do nome de N. S. da Conceição de S. Pedro e S. Paulo para a primeira capela construída em terras de Serra Acima pelo responsável pela abertura do Caminho Novo. Conseqüentemente, temos a consagração do primeiro templo do novo caminho para as Minas Gerais, batizado de Caminho Novo, à Nossa S. da Conceição. Por qual motivo?

Possivelmente, e nos parece a mais provável, por ser tratar do desbravamento do território colonial da coroa portuguesa e por ser Nossa S. da Conceição a Rainha e Padroeira de Portugal e de todos os povos de língua portuguesa, o motivo da consagração dessa capela inicial.

Sobre a capela da Roça do Alferes, há má interpretação sobre quem a construiu e quem fez a doação em favor do patrimônio da própria capela, causando uma série de abordagens confusas sobre essa parte da história da vila de Paty do Alferes. Monsenhor Pizarro, ao escrever sobre a capela, interpretou incorretamente a doação realizada pelo mais antigo sesmeiro da localidade, o capitão Francisco Tavares.

Em razão do isolamento em que se encontravam os primeiros habitantes da Roça do Alferes e da necessidade da presença da Igreja, não só para orações e refúgio dos seus fiéis, mas também para o avanço da colonização na região catequizando e legitimando o extermínio dos povos originários, o bispo d. Francisco de S. Jerônimo permitiu o uso e privilégio de capela Curada ao oratório do capitão Tavares até se descobrir um local para a fundação de um templo (ARAÚJO, 1820, p. 110).

O privilégio de capela curada era uma distinção, pois se tratava de um título oficial dado pela Igreja católica a uma capela situada numa povoação com determinada importância econômica e populacional, que passava a ser ministrada, em caráter permanente, por um pároco ou cura e era equiparada à paróquia.

Sobre a elevação do oratório à capela curada, ressaltamos que a fonte utilizada por Monsenhor Pizarro foram os registros da visita do bispo d. Fr. João da Cruz quando esteve na capela em 8 de junho de 1742 (ARAÚJO, 1820, p. 110). Isto é, Pizarro elaborou sua narrativa a partir de outros relatos interpretando,

em muitos momentos, de forma equivocada, conforme veremos a seguir. Por exemplo, o seu relato sobre a construção do templo informa que o terreno foi escolhido no ano de 1726 pelo bispo d. Fr. António de Guadalupe, quando este se dirigia às Minas Gerais (ARAÚJO, 1820, p. 111).

Constatou-se, contudo, que a doação só ocorreu após essa escolha. E foi na construção do relato sobre as contribuições registradas em favor da capela que Monsenhor fez a confusão. A narrativa apresentada foi a seguinte:

Doando Tavares o terreno [...] à construção da Casa para patrimônio da qual doou também perpetuamente Leonardo Cardoso a quantia de 100\$ réis, por Escritura de 13 de março de 1739 celebrada na Nota de que ele era Tabelião e hipotecou meia légua de terra quadrada com as Fazendas ahí fundadas [...] lugar chamado Alferes (ARAÚJO, 1820, p. 111).

No entanto, não foi Leonardo Cardoso o responsável pela doação de 100 mil réis em benefício da capela. Toda a doação, terreno e valores foi realizada pelo capitão Francisco Tavares. O trabalho do frei Aurélio Stulzer, publicado em 1944, já havia apontado a incorreção da informação dada por Monsenhor Pizarro. Mas tal interpretação, de ter sido Leonardo Cardoso o doador da quantia, se manteve, mesmo após a pesquisa de Stulzer.

Outra interpretação equivocada parte do trabalho de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil* (ANTONIL, 1976, p. 184). No trabalho *Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial*, a historiadora Mariana Muaze utiliza a versão de Antonil, ao citar o recebimento de sesmarias por Garcia Rodrigues Paes Leme pela abertura do Caminho Novo, e termina por repetir o equívoco sobre a construção da capela de Tavares. De acordo com a pesquisadora, “[...] em 1739, o capitão Francisco Tavares, [...], ergueu uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição na sua fazenda ao redor da qual outros habitantes se estabeleceram” (MUAZE, 2015, p. 70).

O ano de 1739 foi o marco das compreensões confusas envolvendo a capela de Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes. É fato que em 1739 foi escriturada a doação em favor da capela, e essa ação envolveu os dois mais antigos ocupantes do território da Roça do Alferes: capitão Francisco Tavares e o alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva. Um doador, Francisco Tavares, e o outro o tabelião Leonardo Cardoso da Silva.

Certifico que em meu poder e cartório se acha uma escritura de doação para patrimonio de uma capela que fez o cap. Francisco Tavares e obrigação e hipoteca, cujo teor é da maneira e forma seguinte: Escritura de doação para patrimônio de uma capela que fez o cap. Francisco Tavares e obrigação de hipoteca: Saibam quantos êste público instrumento de escritura de doação para patrimônio virem que no ano de nascimento de N. S. J. C. de mil setecentos e trinta e nove, aos treze dias do mês de março do dito ano nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro no escritório de mim ao diante nomeado apareceu presente o cap. Francisco Tavares, morador no Caminho das Minas e pessoa de mim reconhecida pelo mesmo aqui nomeado, e logo por êles me foi dito, em presença das testemunhas, ao diante nomeadas e assinadas que ele é senhor e possuidor de uma fazenda que planta vários legumes comestíveis, sita no Caminho das Minas, indo pelo Couto, no sítio chamado do Alferes, que consta de meia légua de terras em quadra em que tem suas lavouras, que partem por uma banda com terras dêle doador e se acham já medidas e demarcadas, judicialmente, em cujas sobreditas fazendas **tem êle outorgante uma capela ornada e paramentada de todo o necessário de invocação Nossa Senhora da Conceição, que levantou e fabricou, êle outorgante a sua custa, e para conservação dela e se poder dizer missa e servir de freguesia** lhe faz doação para seu patrimônio da quantia de cem mil reis em dinheiro cuja quantia toma ele, outorgante, sobre si à razão de juros de seis e um quarto por cento em cada um ano, cujos juros se obriga êle, outorgante, a dar conta ou em dinheiro, ou em despesas para a dita capela ao rev. visitador que for visitar, para o que obriga sua pessoa e bens móveis e de raiz havidos e por haver e o melhor parado

déles, e especialmente hipoteca a esta quantia de cem mil reis deste património a dita meia légua de terras com as ditas fazendas em sua vida, e por sua morte, déle, outorgante, a seus herdeiros, ou a quem os possuir que será sempre com esta obrigação e esta especial hipoteca não derroga a geral obrigação dos mais seus bens, nem pelo contrário, a qual doação e património faz de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma que se obriga a fazer sempre boa debaixo da obrigação dos mesmos seus bens, e não revogar nem ir contra ela em tempo algum e nesta forma me pediu lhe lançasse esta escritura nesta nota que lhe li, e disse estava a seu contento e aceitou, e eu tabelião também aceito em nome de quem tocar ausente o direito dela, como pessoa pública, estipulante e aceitante e assinou, sendo testemunhas presentes Salvador da Silva Fidalgo e Francisco Xavier como pessoas reconhecidas de **mim tabelião Leonardo Cardoso da Silva que o escrevi** (Apud STULZER, 1944, p. 11-12).²

Com o registro fica evidente que toda a doação em favor da capela foi feita pelo capitão Francisco Tavares. Esclarecemos, ainda, que Leonardo Cardoso da Silva foi o tabelião responsável pela escrituração e não o doador da quantia de 100 mil réis. Por fim, esclarece que na data da doação, 13 de março de 1739, já existia a capela na propriedade, sendo benzida pelo capelão curado de Paraíba o padre Manoel da Costa em 26 de abril de 1739 (ARAÚJO, 1820, p. 111) derrubando a versão de ter sido erguida somente em 1739.

Além dos fatos que apontamos, notamos ainda a menção a Tavares sempre como capitão, e nunca como alferes ou somente por Francisco Tavares. Essa ocorrência provocou a busca pela reconstrução da trajetória de Francisco Tavares até a obtenção da titulação de capitão e, ao mesmo tempo, sugeriu que o mesmo só se estabeleceu na localidade após se tornar capitão.

Francisco Tavares

Cruzando e analisando as informações contidas na obra de Monsenhor Pizarro, de Matoso Maia Forte e de frei Stulzer, é possível considerar Francisco Tavares como o mais antigo sesmeiro (STULZER, 1944, p. 8). O próprio frei Aurélio Stulzer, de certo modo, já havia encontrado essa informação quando afirmou que “o título de Pati do Alferes deve-se [...] ao fazendeiro Francisco Tavares [...]” (STULZER, 1944, p. 11).

O proprietário, Francisco Tavares, da capela que daria o nome à vila, antes de se estabelecer no povoado, futura freguesia de N. S. da Conceição do Alferes, viveu na Colônia do Sacramento³ e lá casou-se com Isabel Corrêa de Oliveira. Da união nasceram vários filhos, quatro dos quais nasceram ainda na Colônia do Sacramento. De acordo, com a transcrição de parte da certidão de casamento de Tavares realizada pelo frei Aurélio Stulzer, o conúbio ocorreu no ano de 1700 e logo depois nasceu a primeira criança do casal, Francisca ou Francisco a 20 de setembro de 1700 (STULZER, 1944, p. 27).

De acordo com a transcrição da certidão de casamento, “aos dez dias da era de 1700 recebi in facie ecclesiae a Francisco Tavares com Isabel Corrêa de Oliveira na forma do Sagrado Concílio Tridentino. Foram padrinhos o Governador Sebastião da Veiga Cabral e Bárbara Corrêa de Oliveira” (Apud STULZER, 1944, p. 27). Observa, ainda, que Francisco Tavares era influente ou circulava na elite política da época. O padrinho, Sebastião da Veiga Cabral, governou a colônia até a derrota frente aos espanhóis, o que o fez retornar à cidade do Rio de Janeiro no ano de 1705 (BERNARDO, 2018-2021).

Tudo indica que foi após esse período que Francisco Tavares retornou e se estabeleceu na localidade que se tornaria a vila de Paty do Alferes. Certo era a sua presença na Colônia do Sacramento em 1705–1706. Naquela colônia, a família de Tavares receberia mais três herdeiros. Sebastiana, em 8 de julho de 1702, que faleceu no ano seguinte, e o terceiro bebê, também batizado de Sebastiana, que nasceu em 30 de dezembro de 1703 (STULZER, 1944, p. 27). O quarto filho do casal, João Corrêa Tavares, também nasceu

2 Certidão de doação em favor da capela realizada pelo capitão Francisco Tavares. Apud. STULZER (1944). Grifos nossos.

3 Colônia do Sacramento se localiza no sudoeste do Uruguai e hoje é uma cidade denominada Colonia del Sacramento do lado oposto do Rio da Prata e foi por muitos anos colonizada pelos portugueses que deixaram diversos edifícios daquele período colonial.

na Colônia do Sacramento, mas só foi batizado no Rio de Janeiro. De acordo com os dados encontrados no livro 6.º de Batismos de livres da Sé do Rio de Janeiro, João Tavares nasceu “na Colônia e batizado na capela da Fortaleza de S. João.” E assim foi registrado o sacramento: “aos vinte e quatro de julho de mil setecentos e seis anos, [...] na capela da Fortaleza de S. João, batizou [...] e pôs os santos óleos a João, filho legítimo do Alferes Francisco Tavares e da sua mulher Isabel Corrêa [...]” (Apud STULZER, 1944, p. 28).

Ao comparar o registro de matrimônio de Tavares e Isabel Corrêa com o batismo do filho do casal, João Corrêa Tavares, observa que na época do casamento Francisco Tavares não envergava o posto de alferes como no batismo. Tal fato fornece mais indícios de que a família de Tavares regressou ao Rio de Janeiro juntamente com o governador Sebastião da Veiga Cabral, seu padrinho. E, ao que sugere a documentação, o posto de alferes foi conquistado já no Rio de Janeiro.

Titulação que se comprova no registro de batismo do quinto filho do casal. Inácio Corrêa Tavares nasceu e foi batizado na freguesia da Candelária do Rio de Janeiro, e no seu batismo foi registrado a nova patente de Francisco Tavares, como se observa a seguir: “em dezoito de julho de mil setecentos e doze batizei e puz os santos óleos a Inácio, filho do Capitão Francisco Tavares e da sua mulher Isabel Corrêa [...]” (Apud STULZER, 1944, p. 28).⁴

Foi somente após a mudança da Colônia do Sacramento, já no Rio de Janeiro, que Tavares conquistou postos militares e a sesmaria. Possivelmente, tais conquistas se deram em razão de ter combatido contra os espanhóis até a derrota que ocasionou a mudança, juntamente com o governador. Ou seja, Tavares recebeu a sesmaria na localidade de Paty do Alferes, antes mesmo de se estabelecer na mesma; todavia, não foi na época citada por Pizarro.

As informações apresentadas demonstram que, dificilmente, o capitão Tavares esteve ou residiu na localidade de Paty do Alferes antes de 1712, ano de batismo do seu filho Inácio que, além de ter sido sacramentado, nasceu na freguesia da Candelária.

Analisando e confrontando as informações acima, encontramos, sempre, a citação do oratório elevado à capela curada como pertencente ao capitão, mais a sua presença comprovada na Colônia do Sacramento até 1705–1706. Considerando as informações contidas nos registros de batismos dos seus filhos, Francisco Tavares, ao que tudo indica, permaneceu no Rio de Janeiro até o ano final da década de 1710. Assim, por ser Francisco Tavares considerado o mais antigo sesmeiro e por não se encontrar no território antes de 1712, como Monsenhor Pizarro e a maioria dos trabalhos sobre a vila de Paty do Alferes informam, dificilmente o alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva também se encontrava na localidade ou era, no ano de 1700, detentor de sesmaria.

Certo nos parece afirmar a presença do capitão Francisco Tavares no território da sua sesmaria no ano de 1719. E o que possibilita essa afirmação foram as ordens dadas a ele para facilitar a “[...] a viagem dos soldados do Regimento de Dragões que haviam chegado de Portugal e iam pelo Caminho Novo para as Minas Gerais” (Apud MAIA FORTE, 1933, p. 8).

Leonardo Cardoso da Silva

Até aqui, buscamos organizar as informações relativas ao início da ocupação do território da vila de Paty do Alferes, e explicar o papel desempenhado pelo capitão Francisco Tavares e também pelo alferes e tabelião Leonardo Cardos da Silva. Chegamos ao ponto inicial da confusão envolvendo os dois nomes acima citados. A má interpretação ocorreu a partir do relato do Monsenhor Pizarro quando afirmou que o Caminho Novo alcançou no ano de 1700 a sesmaria que viria a pertencer ao alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva, e da escritura de doação em patrimônio da capela, conforme analisado acima.

Ao narrar essas duas partes da história da vila de Paty do Alferes, Monsenhor Pizarro, Antonil e Matoso Maia Forte interpretaram incorretamente algumas informações sobre o início da ocupação. Já o frei Aurélio Stulzer, responsável por apresentar a escritura de doação em favor da capela e elucidar vários

4 Grifo Nosso.

aspectos dessa história, terminou, em razão da organização da sua obra, por oferecer interpretações confusas sobre a ocupação e elevação da localidade em vila.

Sobre o alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva, há escassez de informações. O seu surgimento ocorre quando do registro da doação em favor da capela pelo capitão Francisco Tavares e da narrativa sobre a abertura do Caminho Novo, quando este alcançou a localidade que se tornaria a Freguesia da Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes. Informações sobre seus descendentes, família e até mesmo como conquistou o posto de alferes e tabelião até o presente momento não foram encontrados.

A ocupação e a consolidação da freguesia dedicada à Nossa Senhora da Conceição

Durante a utilização do Caminho Novo, a localidade da Roça do Alferes foi sendo ocupada pelos transeuntes. Tudo indica, mas não há como comprovar, que a elevação à Freguesia ocorreu em 1739 (TAMBASCO, 2004, p. 30). Aurélio Stulzer informa que é provável que tenha alcançado o título de freguesia no citado ano, mas salienta que em 1742 ainda conservava o título de capela e cita os relatos da visita de dom frei João da Cruz. Stulzer, apresenta a data de 13 de dezembro de 1750 que originaria o alvará de 11 de janeiro de 1755 (STULZER, 1933, p. 19), como um marco para a elevação.

A utilização da via proporcionou a ocupação por meio da construção de ranchos e pequenos comércios para descanso e abastecimento dos viajantes. É fato que a ocupação e o desenvolvimento ocorreram em razão do Caminho Novo. Alguns desses viajantes terminaram por se estabelecer às margens do caminho com os seus familiares, principalmente com o declínio da exploração do ouro. Um dos ocupantes foi Valério Francisco da Costa, que, em 8 de janeiro de 1850, recebeu a sua sesmaria na Freguesia.

Outra família que se fixaria na Freguesia e exemplifica a mudança em razão do declínio da mineração foi a Werneck. Manuel de Azevedo Matos, natural da Freguesia portuguesa de Nossa S. da Piedade da ilha do Pico nos Açores, ao chegar na colônia instalou-se em Nossa S. da Borda do Campo, nas Minas Gerais, em busca de enriquecimento por intermédio da mineração. Durante a época de trabalho nas minas, Manuel de Azevedo explorava outras regiões como a Serra do Couto, Porto do Pilar em Iguaçu e a Bahia da Guanabara. Foi durante as viagens para barganhar ferramentas e gêneros para consumo da família que Manuel conheceu e passou a ser ajudado pelo negociante Francisco das Chagas Monteiro. Ainda durante essas andanças conheceu d. Antônia da Ribeira de Souza Werneck, natural e moradora de Nossa S. do Pilar do Iguaçu, filha de João Berneque. Após o casamento ocorrido em 1733, foram residir em Nossa S. da Borda do Campo. Da união, nasceram três filhos: Ana de Jesus (1738); Inácio (1742) e Manuel de Azevedo Ramos (1745). Inácio, o segundo filho, inclinou-se ou foi levado para a vida eclesiástica, matriculando-se no curso de História Sagrada e Eclesiástica do Seminário de S. José no Morro do Castelo. O negociante e ajudante do pai de Inácio, Francisco das Chagas Monteiro, ficou como o seu responsável. Entretanto, Inácio abandonou a formação religiosa por se enamorar pela filha de Francisco das Chagas Monteiro. No ano de 1769, Inácio Werneck se casou com Francisca na igreja de Nossa S. do Rosário e de S. Benedito dos Homens Pretos.⁵

O casal foi residir junto ao pai de Inácio em Nossa S. da Borda do Campo, mas naquela época a exploração de minérios encontrava-se em decadência e, como Manuel de Azevedo Matos já havia recebido uma sesmaria na localidade denominada de Freguesia da Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes, esse núcleo inicial da família fixou-se no vale do Santana, sendo composto pelo patriarca e pelos filhos Ana de Jesus, Inácio e Francisca.

Provavelmente, entre 1770-1771, a família construiu a primeira casa na sesmaria recebida que limitava com a de Marcos da Costa, que era outro antigo sesmeiro da região. De acordo com as informações apresentadas por Matoso Maia Forte, a sesmaria de Marcos da Costa data de 1708 e 1712, quando solicitou à Coroa portuguesa mais uma légua quadrada de terras (MAIA FORTE, 1933, p. 8).⁶ Contudo, mesmo com a expansão de suas terras, não há referências sobre a construção ou existência de oratórios

5 Ver mais em: PONDÉ (1980) e SILVA (1984).

6 Marcos da Costa da Fonseca Castello Branco foi almoxarife da Fazenda Real do Rio de Janeiro.

ou homenagem a qualquer santo católico, o que não se observa em relação aos seus vizinhos. A sesmaria de Manuel de Azevedo Matos durante a utilização da primeira moradia (figura 2) não edificou oratório e nem dedicou a propriedade a nenhum santo. Mas ao edificar a segunda moradia em 1780 um oratório dedicado a Nossa S. da Piedade foi construído.

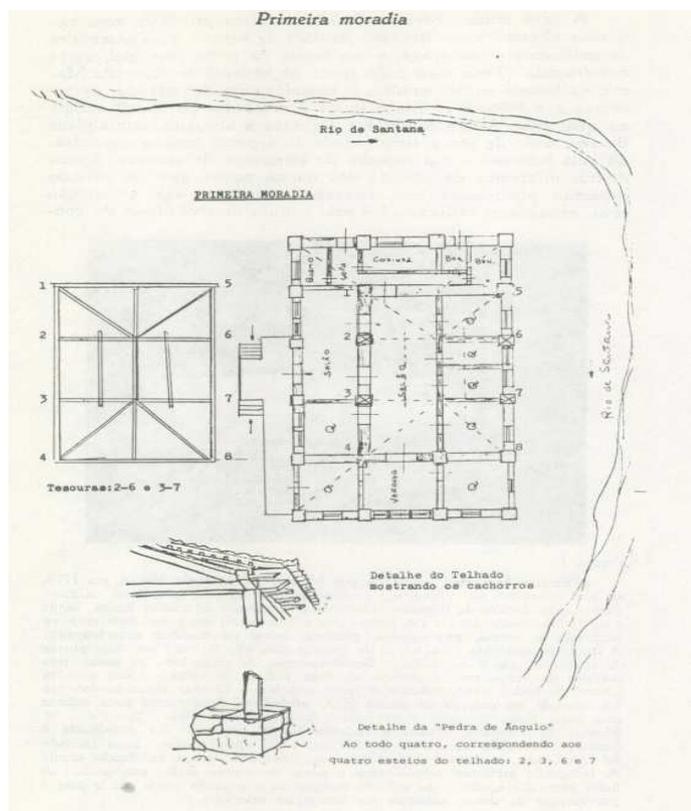


Figura 2. Planta da primeira casa da Fazenda Piedade

Fonte. (Apud PONDÉ, 1980, p. 30.)

No território em que se fundaria a vila de Paty do Alferes, dois oratórios foram construídos, um em homenagem a Nossa S. da Conceição e outro a Nossa S. da Piedade. No entanto, somente para o de Nossa S. da Conceição foi destinado terreno e valores para a construção da igreja. Observa-se que a sesmaria de Manuel de Azevedo é muito posterior à do capitão Francisco Tavares e do alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva, não deixando dúvidas sobre os primeiros posseiros de sesmaria e nem sobre a padroeira.

Contudo, mesmo com doação em benefício da capela de Nossa S. da Conceição escriturada desde 1739, a construção definitiva do templo esteve envolvida em disputas e ocasionou a edificação final somente na década de 1840, já pela terceira família proprietária das terras que pertenceram ao capitão Francisco Tavares.

A disputa envolvendo a construção da Igreja dedicada a N. S. da Conceição

Quando o capitão Tavares realizou a doação de 100 mil réis em favor da capela, fez um empréstimo, hipotecando as suas terras de meia légua em quadra e determinando que a obrigação recairia sobre si e sobre os seus herdeiros ou a quem possuísse as ditas terras. Ou seja, caso Tavares ou seus herdeiros não cumprissem o pagamento, seus proprietários teriam essa responsabilidade de construir a capela.

Assim, após a construção da primeira capela que terminou por ruir, uma segunda foi edificada. Mas a propriedade que antes fora do capitão Tavares, já no ano de 1784 pertencia a José de Oliveira Ribeiro e

Maria Vitória da Conceição. Nessa época, ou seja, durante o decênio de 1780, com o contínuo crescimento da localidade, a primeira igreja apresentava sérios problemas em função da ação do tempo, e já não comportava o grande número de fiéis. Durante uma missão religiosa, por exemplo, não abrigou todos os devotos, deixando-os expostos ao sol, ocasionando a solicitação do missionário para a construção de um novo templo. Para isso, os senhores José Ribeiro da Cruz e José de Oliveira Ribeiro doaram seiscentos mil réis cada um (STULZER, 1944, p. 32).

A José de Oliveira Ribeiro, por ser o proprietário das terras do capitão Tavares, recaiu a obrigação da construção da igreja. Mesmo tendo doado a quantia acima citada, José de Oliveira, só após muito rogo dos moradores, doou área para a nova construção. O terreno ofertado foi de “oito braças de testada e doze e meia de fundos [...]” (STULZER, 1944, p. 33). Entretanto, após a doação surge uma disputa em torno da construção da igreja, que não só atrasou e dificultou a edificação como dividiu a freguesia.

Para a construção foram apresentados dois orçamentos. Um pelo cunhado de José de Oliveira Ribeiro, José de Souza Vieira, e o outro, por Inácio de Souza Werneck. As propostas foram praticamente idênticas. Mas por sua condição de doador do terreno e do valor de 600 mil réis e por ter a obrigação de cumprir com a obrigação estabelecida pela doação do capitão Francisco Tavares, José de Oliveira Ribeiro só permitiria a retirada de madeira da sua mata para a obra da igreja se a mesma estivesse sob a responsabilidade do seu cunhado, José de Souza, que terminou por ser o escolhido para a edificação (STULZER, 1944, p. 31-32). Independente da escolha, a apresentação do orçamento por Inácio de Souza Werneck casou-nos estranheza. Mesmo tendo conhecimento que, após o falecimento da sua esposa, retomou a vida religiosa, tornando-se vigário e do empenho da Coroa portuguesa em transformar os sacerdotes em funcionários reais (NEVES, 2009), todos esses fatos são insuficientes para explicar a sua apresentação como construtor.

Paralisação da edificação da Igreja

Por não ter concluído toda a obra, José de Souza Vieira não recebeu o segundo e último pagamento. Como ficou por fazer as varandas e a sacristia (STULZER, 1944, p. 33), outro construtor, Inácio Ferreira Pinto, foi contratado, mas após receber 700 mil réis retirou-se para a corte (STULZER, 1944, p. 33), deixando a obra a cargo de dois outros funcionários. Pouco tempo depois, a obra foi paralisada. Naquela segunda fase, a contratação de Inácio Ferreira Pinto foi realizada pelo vigário, José Pereira Furtado e Luis Gomes Ribeiro; no entanto, familiares de Inácio Werneck culpavam a José de Oliveira Ribeiro pelo atraso da construção dizendo que “é mau homem, falta caridade e religião” (*Apud* STULZER, 1944, p. 34).

A partir da construção da segunda igreja e do imbróglio⁷ que esse processo apresentou, a família Werneck teceu críticas à família de José de Oliveira Ribeiro, acusando-a de má vontade e desejo de ter suas terras isoladas dos demais moradores (STULZER, 1944, p. 33). O filho de Inácio Werneck, Francisco Peixoto Lacerda,⁸ afirmou que o casal José de O. Ribeiro e Maria Victória era “[...] era rebelde daí a criação de oratório em quase todas as fazendas ficando a matriz deserta nas grandes festas” (*Apud* STULZER, 1944, p. 34).

Sobre as acusações, dois aspectos. O primeiro é o período em que se desenrolou a viragem do XVIII para o XIX, momento de expansão e isolamento das propriedades, cujo poder senhorial representava “a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam” (MOTTA, 2008, p. 44). Já o segundo é a doação das terras para a construção da segunda igreja ocorrida num momento de intensificação das disputas pelo avanço das delimitações das sesmarias (MOTTA, 2009, p. 196) e de vários pedidos de demarcações (MOTTA, 2009, p. 195). Assim, entendemos, por exemplo, a proibição da construção de casas para aforamentos, ou seja, casas para servir aos visitantes nas ocasiões de missas e festas (STULZER, 1944, p. 33).

7 Sobre a disputa existente ver em: SOUZA (2012).

8 Em algumas passagens do livro do frei Aurélio Stulzer, o nome de Francisco surge da seguinte maneira: Francisco Peixoto Lacerda e Francisco Lacerda Peixoto.

Ao tentar responsabilizar o casal José de O. Ribeiro e Maria Victória pela construção e existências de oratórios nas fazendas, Francisco Peixoto Lacerda ignora o costume existente, não só na localidade como dentro da sua própria família que construiu e instalou na fazenda da Piedade um oratório em devoção a Nossa S. da Piedade, cuja imagem (figura III) ainda se preserva na igreja matriz de Nossa S. da Conceição de Paty do Alferes.

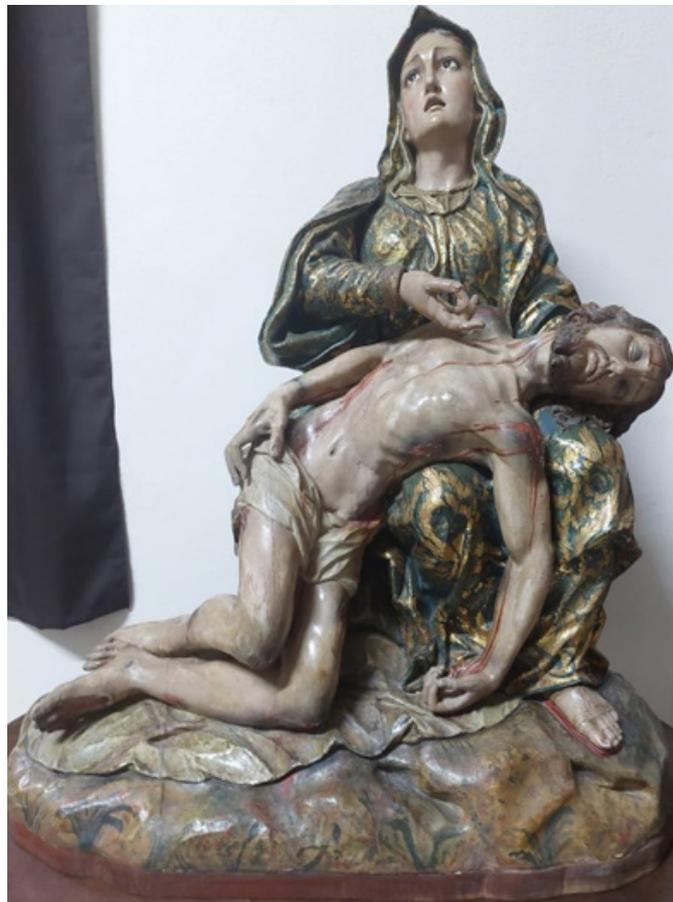


Figura III. N. Sra. da Piedade

Fonte. Arquivo pessoal padre (WELDER, 2023).

Conclusão

Ao longo do texto, apresentamos o início do povoamento da região e a construção dos dois primeiros oratórios. Garcia Rodrigues Paes Leme foi o responsável pelo primeiro e o capitão Francisco Tavares edificou o segundo. Esse último já no território que abrigaria a vila de Paty do Alferes. Ambos foram dedicados à Nossa Senhora da Conceição e a razão para a homenagem foi por ser Nossa Senhora a Rainha e Padroeira de Portugal e de todos os povos de língua portuguesa. Entretanto, tamanha devoção não foi suficiente para superar as disputas que ocorreram pela manutenção das terras recebidas, muito menos para a construção definitiva da igreja.

Observamos que a existência de oratórios nas fazendas, prática comum e responsável pelo nome da freguesia e, posteriormente, da vila, foi utilizada para atacar um dos envolvidos na construção da igreja matriz. O resultado da querela foi a paralisação da obra da igreja, apesar da arrecadação 1 conto e 200 mil réis, e do contrato de 4 contos de réis com João de Souza Vieira. O motivo da interrupção foi o abandono da construção pelo responsável, o citado João Vieira. Um segundo construtor também abandonou a obra após receber o valor de 700 mil réis. Com tais abandonos e com o custo de 3 contos e 900 mil réis, sem

considerarmos o preço do terreno, a igreja continuava sem existir, com suas ruínas avaliada em apenas 300 mil réis.

A história da igreja de Nossa Senhora da Conceição só findou no ano de 1844, quando a atual matriz foi entregue aos moradores pela terceira família proprietária das terras que foram do capitão Francisco Tavares. Mas até o advento daquele ano, a disputa entre os envolvidos na construção acirrou e provocou não só o atraso na conclusão do templo religioso, como a perda do título de vila em 1833, treze anos após sua elevação em 1820. Entretanto, a antiga vila, mesmo dividida pelos interesses senhoriais, alcançou o patamar de principal produtora de café da província e vivenciou a maior rebelião de escravizados do Vale do Paraíba fluminense. Tudo isso sem conseguir edificar a igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Todos esses fatos, podem ter provocado, possivelmente, uma das mais difíceis homenagens à Rainha dos povos de língua portuguesa.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos: MEC, 1976.
- ARAÚJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil**. Tomo IV. Imprensa Régia, Rio de Janeiro, 1820.
- BERNARDO, Moisés. Motim de soldados veteranos da Colônia do Sacramento. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/motim-de-soldados-veteranos-da-colonia-do-sacramento/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.
- BRAGA, Greenhalgh H. Faria (Org). **Vassouras de Ontem**. Rio de Janeiro, Cia Brasileiras de Artes Gráficas, 1975.
- COSTA, A. G. **Registros do Caminho Novo para as minas de ouro nos mapas antigos. 2015**. Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, p. 85-100.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- MAIA FORTE, José Mattoso. **Memória da fundação de Vassouras**. Rio de Janeiro: Ed. O Globo, 1933.
- MAPURUNGA, Marta Cursino. **Paty do Alferes - Progresso e Estagnação: uma história de alijamento político-econômico 1820 a 1833**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2002.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo, Alameda, 2009.
- MUAZE, Mariana. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 57-99, 2015.
- NEVES, Guilherme Pereira. **A religião do Império e a igreja**. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles (orgs.). **O Brasil Imperial, vol I**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **A fazenda da Piedade - A fazenda do barão de Pati do Alferes**. 1980.
- PINAUD, João Luiz Duboc. **Insurreição negra e justiça**. Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1987.
- SILVA, Eduardo. **Barões e escravidão**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

SOUZA, Alan de Carvalho. **Terras e escravos: a desordem senhorial no Vale do Paraíba fluminense**. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

STULZER, Aurélio (frei). **Notas para a história da Villa de Pati do Alferes**. Paty do Alferes, 1944.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. **A vila de Vassouras e as freguesias do Tinguá: uma abordagem social e econômica dos tempos da colonização**. Vassouras/RJ, Edição do autor, 2004.

2VARGAS, Eliseu Júnior Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial: quilombo em Vassouras no Vale do Paraíba fluminense, em 1838**. Dissertação de Mestrado. Seropédica: UFRRJ, 2012.